



|| FOTO ALEXANDRE BATTIBUGLI

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

|| POR RICARDO ISMAEL, ROSA FREIRE D'AGUIAR,
ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA E BERNARDO RICUPERO

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo chegou à economia depois de cursar a tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Era início dos anos 1960 e o estimulante debate político que se travava no país o despertou para as ciências sociais. Fez então o curso de desenvolvimento econômico ministrado pela Cepal e, pouco depois, integrou-se à equipe que criava o Instituto de Economia da Unicamp, no qual se romperia o ensino ortodoxo de economia então predominante no Brasil. Belluzzo exerceu diversos cargos públicos nas esferas estadual e federal. Hoje se divide entre as

aulas na Facamp (Faculdades de Campinas), a consultoria editorial da revista CartaCapital, e a intensa produção intelectual publicada em livros e revistas acadêmicas no país e no exterior. Durante as quatro horas que durou esta entrevista, realizada em seu apartamento paulistano num sábado de maio, Belluzzo, 68 anos, discorreu sobre o meio século em que vem sendo ator da vida pública e intelectual do país; sobre seus temas de predileção, tais como o capitalismo, o marxismo, a economia brasileira e o desenvolvimento; e sobre suas apreensões e expectativas com o Brasil.

RICARDO ISMAEL. Um pensador que muito o influenciou, conforme o seu depoimento no livro *Conversas com economistas*, foi Karl Marx. Que aspectos da obra de Marx você mais enfatizou na sua vida acadêmica?

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO. A gente vai ficando mais velho e vai vindo o medo de fazer uma *egotrip*, mas como é para falar de minha experiência intelectual, vou me deter no que foi minha aproximação com Marx. Por incrível que pareça, o primeiro livro que li sobre Marx foi o de Jean-Yves Calvès, *La pensée de Karl Marx*, quando eu era seminarista. Um padre jesuíta que tinha acabado de voltar da Europa, naqueles bons tempos do papa João XXIII, quando houve a grande mudança na Igreja, e que depois Paulo VI reafirmou, me sugeriu a leitura. Fui educado nessa época, era um momento de liberalização. Então esse padre Souza, que era um carioca e vinha da Universidade Gregoriana, me indicou o livro num momento em que eu estava de castigo, um mês sem jogar futebol.

ROSA FREIRE D'AGUIAR. Você era um adolescente?

Eu tinha 16 anos. Estudava no Colégio Santo Inácio e estava no seminário menor. Não garanto que tenha aproveitado muito a leitura. Ainda não tinha formação suficiente, mas o livro me deixou uma impressão muito forte. Depois, assim que saí do seminário prestei exame para a faculdade de direito do Largo de São Francisco. Não creio em trajetória individual apenas, ter um intercâmbio com o ambiente é o mais importante. E naquele ano de 1961 – fim do mandato de JK e primeiros meses do Jânio Quadros –, o debate político era muito rico e intenso, estávamos no auge da tentativa de produzir um ajustamento do Brasil. O marxismo começava a ganhar um grande peso na universidade brasileira. Passei também para o curso de ciências sociais da faculdade de filosofia e meus professores estavam fazendo o seminário sobre *O Capital*. O Fernando Novais foi meu professor, o Fernando Henrique Cardoso também, o Francisco Weffort, e todos eles vinham com fortíssima influência do seminário sobre o marxismo. Comecei a fazer um seminário sobre Lukacs, mas não creio que tivesse condições para fazê-lo decentemente. Mas, afinal, me deram essa incumbência e eu

aceitei. Não lembro qual foi a reação dos alunos, mas parece que não foi muito ruim. A partir daí, resolvi enfrentar uma primeira leitura de *O Capital*. Eu e um amigo meu, o Pedro Celidônio, que desistiu no quarto seminário, enquanto eu tentei prosseguir. Li na edição em papel-bíblia que tenho até hoje, ela está toda anotada. Aí houve um hiato, em torno de 1963-64, até eu entrar no curso da Cepal. Não cheguei a terminar o curso de direito, porque fiquei devendo a cadeira de psicologia social, que já não era na rua Maria Antônia, mas na Cidade Universitária, aonde era muito difícil chegar, tinha que se pegar um ônibus.

Eu tinha encaminhado a minha vida para ser promotor público, por influência do meu pai, que era muito cuidadoso com o futuro dos filhos. Ele me dizia que a vida de advogado é muito instável, muito incerta: “vá para o Ministério Público”. Imagine, é algo que eu detesto, não ia dar certo! Então resolvi fazer o curso da Cepal, para decepção do meu pai, que ficou desesperado. O curso foi aqui em São Paulo, entre os muitos que o frequentaram estão o professor Luiz Pereira, da faculdade de filosofia, o Eduardo Kugelmas, o João Manuel Cardoso de Mello, e eu não posso esquecer de ninguém porque senão vão me assassinar. O Carlos Lessa já era professor, a Maria da Conceição Tavares também nos deu aulas, assim como o Antonio Barros de Castro, que foi professor de Introdução à Economia, um excelente professor.

ROSA. Vinha gente do Chile?

Veio o Aníbal Pinto, e um que morava no México e depois voltou para lá. Dava Programação Linear. O Mário Broder son veio da Argentina, e depois foi secretário de finanças do Ministério da Economia argentino. Tive ótimos professores. O curso era um intensivão, aulas o dia inteiro, uma prova atrás da outra. O Castro era um professor magnífico e me incentivou muito a continuar na economia. E vejamos como são as circunstâncias. Quando o curso terminou o Castro chegou para o Wilson Cano e disse: “você vai para a Cepal”. O Cano deu aula de projetos e me convidou para dar aula na Católica. Eu já tinha quatro anos de economia da época da faculdade de filosofia, que era um curso muito bom – no fundo, era um curso de macroeconomia,

dado por um ótimo professor francês. Então fui dar aulas de economia, e logo em seguida surgiu o convite do Zeferino Vaz, através do Fausto Castilho, para irmos para a Unicamp. Naquela época se podia fazer o doutoramento direto. Isso já era em 1968-69. Eu ia fazer uma tese sobre distribuição de renda no Brasil, aliás o meu exame de qualificação foi feito em cima da tese de distribuição de renda. E até publiquei um artigo teórico num livro que saiu pela Zahar, acho que no começo da década de 1970, chamado *Distribuição de renda no Brasil*.

Foi a partir dessa discussão sobre distribuição que resolvi voltar ao Marx e, aí sim, fiz uma leitura já com mais base. A partir dela escrevi minha tese. E essa leitura deu, digamos, a base do curso de economia política na Unicamp. Então abandonei a distribuição de renda e achei que o tema era o capitalismo no Brasil. Estávamos montados nos ombros de gigantes. Então, em cima do Celso Furtado, da discussão da dependência do Fernando Henrique, o João Manuel escreveu o livro *O capitalismo tardio*. E eu resolvi tentar uma leitura de Marx. Conceição quase me matou. Meu orientador foi o João Paulo de Almeida Magalhães, que ficou desesperado porque achou que eu estava perdendo tempo com aquilo.

Mas resolvi fazer a leitura, e aí foi que construí a ideia de Marx como teórico monetário também, como o formulador originalíssimo de uma teoria da moeda, e depois do crédito.

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA. A existência do Cebrap, que nasce mais ou menos nesse momento, o influenciou de alguma maneira?

A pós-graduação da Unicamp começa em 1974, se não me engano. O Luciano Coutinho era o coordenador da pós-graduação e nós tínhamos reuniões regulares no Cebrap. Lá, quem participava das discussões eram a Conceição, o Pedro Malan, o Chico de Oliveira, o Paul Singer, o João Manuel, eu o Wilson Cano, e o Celso Furtado, que ia muito lá quando vinha ao Brasil, participava das discussões, mas o Celso era assim muito caladão... O Edmar Bacha ia também. Hoje em dia as pessoas ficam pasmas de ver como é que se reunia tanta gente, mas era um momento

de frente única contra a ditadura. Depois houve divergências, o que é muito natural; terminada aquela presença sobre a ditadura, cada um tomou o caminho que lhe parecia mais compatível com a sua formação. Não vou puxar brasa para a minha sardinha, mas essa leitura de Marx que passei a fazer – a visão de Marx como teórico monetário – era muito pouco usual na época. Então, o curso que eu dava era sob essa perspectiva. E também estudava o Georg Simmel, assim como todos os outros pensadores da Alemanha do final do século XIX. E também Max Weber. A verdade é que estamos sempre dialogando com eles. *A filosofia da moeda*, de Simmel, é um livro duro de se ler, não só porque é grande, mas porque é chato, precisa-se de um esforço brutal para ler o livro...

RICARDO. Você passa desse primeiro contato com Marx, no curso na USP, para o curso na Cepal, que vai estimular a vocação para a economia. Em seguida vai para a Unicamp, onde tem a oportunidade de fazer o doutorado direto, e então vai para a distribuição de renda. ALEXANDRE. Você já tinha lido Keynes?

Li exatamente nos anos 1970, com um amigo meu, porque sempre é melhor ler com outro, que o ajuda a perceber o que você não percebeu. Mas não havia um curso sobre ele. E tem o seguinte: o keynesianismo dos anos 1950 e 1960 era uma coisa dos manuais, do Shapiro, o período negro do keynesianismo. No momento em que fui para a Unicamp havia nos Estados Unidos e na Inglaterra – as duas Cambridge – a chamada controvérsia do capital. A Joan Robinson era uma keynesiana de quatro costados, e inventou o chamado “keynesianismo bastardo”, fez uma crítica do conceito de capital. Eu li todos eles, para fazer a tese. E aí fui mudando de perspectiva, porque a Joan Robinson era da teoria da distribuição, e todos eles eram influenciados por Sraffa, pela *Critique of economic theory*, a crítica da teoria econômica, em que ele criticava a teoria neoclássica do capital e da distribuição.

A partir dessa discussão – e eu também tive que fazer um capítulo na minha tese sobre essa questão do capital e da distribuição –, passei para Marx, e vi que, para ele, tanto a teoria do valor como a teoria do dinheiro eram

muito diferentes do que supunha a abordagem, digamos, convencional de Marx. Marx faz uma crítica radical da teoria do valor-trabalho de Ricardo e de Adam Smith.

Esse é um capítulo muito difícil de *O capital*. Marx o escreveu e reescreveu várias vezes para tentar esclarecer e se esclarecer. No final dos 1980, começo dos 1990 descobriram manuscritos de Marx tentando reelaborar *O capital*, os volumes primeiro e segundo, mas mais o terceiro, que tem a teoria do crédito e do capital a juros. Se você não sacralizar o autor, se não achar que ele é uma espécie de demônio de Laplace que conhece tudo *a priori*, percebe que ele fez um esforço brutal para construir aquilo que construiu, porque era uma fundação, na medida em que ele faz a crítica da economia política. Aquilo é mesmo uma refundação da dinâmica do capitalismo. Ele está olhando e ao mesmo tempo está construindo uma dinâmica, juntamente com a crítica.

ALEXANDRE. Quem eram os seus interlocutores?

O João Manuel e a Maria da Conceição. Eram interlocutores e eram muito críticos, principalmente o João Manoel, o Fernando Novais, e o Luiz Antonio de Oliveira Lima que é o professor da FGV e foi o meu interlocutor no caso da leitura do Keynes. A Conceição diz nesse livro *Conversas com os economistas* que ela deve a mim a leitura de Keynes, mas é generosidade dela. De qualquer maneira, isso não foi uma construção individual, porque eu dava aula junto com ela e a gente discutia muito, e ela é uma pessoa que tem essa capacidade, essa velocidade intelectual, cortava caminho, me ajudava muito na compreensão. O melhor livro sobre o Keynes saiu já nos anos 1940, era o do Dudley Seers, foi publicado aqui muito cedo, pela Pioneira. Depois eu me dei conta de que era um livro diferente da interpretação dos americanos, que é a interpretação do Samuelson e do Alvin Hansen, um negócio ultramecânico, quadrado, completamente contrário ao espírito de Keynes, e não só no que diz respeito à importância do dinheiro. Por que o Milton Friedman escreveu *Money matters*? Porque ali, para aqueles keynesianos, o dinheiro não tinha nenhuma importância, nem as finanças. Eu li também o livro do Raúl Prebisch, quando era estudante de direito: *Introdução a*

Keynes. Lembro que o livro do Prebisch começava com a crítica da teoria clássica. Eu o abria na aula, meio disfarçado, enquanto os professores estavam dando direito civil, que era muito chato. Então eu ficava lendo. Mas o que eu estava dizendo é que a gente precisa ter claro que essa empreitada da Unicamp era uma empreitada coletiva, a gente dependia muito um do outro.

RICARDO. Você passa pelas teorias cepalinas, aí se consolida com o Marx, vai para Keynes: essa vai ser a base do curso da Unicamp?

Essa é a base, e mais Schumpeter, por causa da teoria do desenvolvimento capitalista. E, claro, toda a tradição cepalina, sobretudo o Celso Furtado, porque toda a economia brasileira era dada em cima da obra do Celso. Ele é um inovador também, é uma inovação a maneira como trata a história econômica. Quando se pega a *Formação econômica do Brasil*, que os pósteros neoclássicos e conservadores não conseguem entender do que se trata, vê-se que o que Celso fez é algo ciclópico, que é tratar, como eu disse no prefácio que escrevi para a nova edição da obra, da dinâmica das estruturas. Esse livro é insuperável, ao contrário de muitos. Eu gosto muito também de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, mas acho que o *Formação* é insuperável. Ele era a base de todo o curso de economia brasileira, que a Unicamp teve que lutar para manter no exame da Anpec, pois aquela turma conservadora queria tirá-lo: para eles não existe tal coisa, o nível de abstração em que trabalham não permite tal coisa.

RICARDO. Queriam tirar o quê?

Queriam tirar o curso de economia brasileira e nós brigamos para mantê-lo. E o curso de economia brasileira era dado por quem? Por Wilson Cano, por João Manuel e pela Conceição. Eu também dava aula no curso de economia brasileira, mas cuidava muito mais do curso de economia política, e depois do de macroeconomia keynesiana, que dei muitas vezes sozinho. Então, essa é a base, digamos, teórica, juntando o Schumpeter e o Kalecki, que esqueci de mencionar, e que era também teórico da demanda efetiva. E, mais tarde, o Hyman Minsky. Já em 1975, quando ele

escreveu *John Maynard Keynes*, nós introduzimos o livro no curso, e agora o Minsky virou uma espécie de salvador da pátria dos macroeconomistas, que falam do “Minsky moment”, mas o Minsky já estava aí desde muito tempo.

BERNARDO RICUPERO. Com referência ao Instituto de Economia da Unicamp, especialmente à sua relação com Marx e a Cepal, eu queria que você falasse das semelhanças e diferenças dele em relação à teoria da dependência. Qual foi o caminho específico que vocês tomaram?

O caminho foi Prebisch e Celso Furtado. Os dois refletiam sobre isso que o Celso definiu claramente, da concomitância entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, os quais não eram etapas. Portanto não era uma visão etapista, e sim uma visão de concomitância e de movimentos simultâneos entre o processo de desenvolvimento capitalista global – o centro – e a periferia. Eles são gestados simultaneamente, desde o período colonial – essa é a inspiração do magnífico livro do Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, que também está nessa tradição – até o período da pós-revolução industrial, quando se reconstituem ou se refazem essas relações, de outra maneira.

A teoria da dependência nasce daí, assim como a teoria da troca desigual, de Arghiri Emmanuel, que eu acho uma derivação mais pobre que a da teoria da dependência. A teoria da dependência é uma visão que nasce nos anos 1960, e a meu juízo é mais pobre do que a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. Foi dessa separação, dessa visão que o João Manuel partiu para escrever *O capitalismo tardio*. Às vezes as pessoas não entendem que a crítica é isso. Parte-se de uma determinado situação teórica a que se chegou pelo debate e se tenta avançar. João Manuel tentou avançar para mostrar como é que o processo de industrialização brasileira é específico dessa situação de subdesenvolvimento.

Eu lembro muito bem que, na defesa de tese do João Manuel, quem estava na banca era o Fernando Novais. Estava também o Luciano Coutinho. Havia o problema da constituição das forças produtivas capitalistas, da en-

dogeneização do crescimento, que era um debate que tínhamos lá, e então o Luciano perguntou ao João Manuel: “como é esse negócio de completar a industrialização?”. E o João Manuel disse: “não se trata de maquinas, eu estou falando das forças produtivas, isto é, da relação do sistema, da constituição do setor de bens de produção, que nunca é completa”. Ou seja, era o problema da dinâmica, de que o Kalecki, e também o Keynes, tratam, entre o setor de bens de produção e o setor de bens de consumo. É isso que o João Manuel chamava de endogeneizar. Quando você tem um setor de bens de produção completo e incompleto, muda a estrutura do crescimento, fica dependendo muito mais da decisão dos capitalistas de investir do que do consumo. O que o Celso dizia? Dizia, com muita propriedade, algo que nós estamos observando: é que o subdesenvolvimento implicou nos transplantes dos padrões de consumo dos países desenvolvidos muito mais cedo do que deveria fazê-lo.

Na verdade nós fizemos um movimento diferente daquele que os asiáticos fizeram. Eles cuidaram de controlar o consumo e estimular o investimento para a diferenciação do aparelho produtivo. Mas isso é uma coisa estrutural, que está na raiz do processo de substituição de importações. O texto do João Manoel, que ele escreveu com grande auxílio da Conceição – eles até foram ao México para terminar de escrever – é uma crítica, mas não no sentido do Gustavo Franco, que diz que foram 40 anos de burrice, como se isso pudesse ser decidido por um cérebro privilegiado: eu vou decidir que não vou fazer substituição de importações, vou fazer crescimento pelo setor de bens de capital ou pela inovação tecnológica! Isso é uma visão completamente abstrusa do que são as condições históricas em que se dá o processo. Tivemos essa consciência de que não fazemos o que queremos, as suas decisões nem sempre são aquilo que você gostaria de fazer, existe o constrangimento histórico. Ali o Celso tinha clareza, e todos nós tínhamos clareza. Depois virou essa confusão mental, de se achar que você, *policy maker*, pode decidir o que vai fazer.

ALEXANDRE. Você está contando a sua história e a da Unicamp. É interessante ver como vocês chega-

ram a esse processo. Havia os grandes como o Celso, o Prebisch, o Ignacio Rangel...

Devemos muito a ele, que eu esqueci de mencionar, o que é uma injustiça que não posso cometer. Rangel passou um tempo lá.

ALEXANDRE. E dos fundamentos você foi para Marx. Parece que tudo aquilo que o Celso, de forma eclética, tinha juntado, e o próprio Rangel também, que junta Keynes e Marx, e os franceses regulacionistas, estava ali desde o início mas não estava bem desenvolvido. E vocês, da Unicamp, de forma meio obstinada, e a partir da experiência brasileira, decidiram que ao invés de ler o Marx velho, o Marx das várias interpretações, abririam essas caixinhas que o Celso tinha aberto, e de alguma forma produziram teoria nova. É interessante esse processo de construção.

O Celso tinha isso nos ossos, e resolveu tirar para fora. Ele era economista nos anos 1940 e 1950, quando a discussão era o quê? O desenvolvimento, o planejamento. Planejamento era um tema que estava na moda, os franceses tinham criado o Commissariat général du Plan. Todos os países, inclusive o Brasil, criaram planos. Juscelino fez o Plano de Metas, Celso fez o Plano Trienal. Então, essa ideia, que hoje parece detestável, era discutida. No curso da Cepal havia um curso só de planejamento econômico, de técnicas de planejamento econômico. Os poloneses, a partir de Oskar Lange, de Kalecki, e os hindus – Mahalanobis, Agarwala e Singh escreveram textos usados por nós –, todos eles trabalhavam com a ideia de planejamento, e não havia muito essa discussão de indutivo/não indutivo, era o planejamento que nascia do pós-guerra, até por causa da experiência de economia de guerra.

RICARDO. Deixe-me explorar uma questão a partir do que você falou. O Fernando Henrique Cardoso, quando escreve *As ideias fora do lugar*, vai estudar a teoria da dependência e marca muito uma diferença que existia entre o grupo da USP, que ele integrava, e o Iseb, que certamente deu guarida às ideias nacional-desenvolvi-

mentistas do governo Kubitschek. Todo o Iseb – Helio Jaguaribe, Cândido Mendes – , tenta chamar a atenção para a importância de uma parceria entre o empresariado nacional e o governo, no sentido de se industrializar o Brasil e redefinir seu lugar na divisão internacional do trabalho. Só que isso é proposto a partir da ideia de que os Estados Unidos e os países centrais se opunham à industrialização brasileira e à dos países da periferia. Diz o Fernando Henrique Cardoso nesse texto que tal ideia era equivocada, porque na verdade havia um interesse dos países centrais em industrializar a periferia e o Brasil, já que aí se estabeleceria o fortalecimento da relação entre a burguesia nacional e a burguesia dos países centrais. Como você enxerga essa parceria entre empresariado nacional e o governo Kubitschek? E a crítica de que essa parceria, que de certa maneira vai levando à frente a industrialização, tinha dois pecados: primeiro, o de subestimar o processo que já acontecia desde o fim Segunda Guerra Mundial com as multinacionais, quando elas tiveram interesse em industrializar os países da periferia, e, segundo, o da questão de que esse empresariado que apoiava o governo, ou melhor, era beneficiado por essa parceria, depois iria apoiar o golpe de 1964. Há uma crítica da USP em relação a essa parceria. Como você enxerga esse episódio? O livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, do Fernando Henrique, termina assim: “subdesenvolvimento ou desenvolvimento associado”. Esta é a última frase. Eu acho que essas discussões têm o problema do seu momento histórico. Organizei junto com o Luiz Antônio de Oliveira Lima, na faculdade de direito, em 1963, um curso do Iseb. Eu tenho até hoje o diploma, fui aluno do Iseb, tenho essa honra. Quem deu o curso? Álvaro Vieira Pinto, Pontes de Miranda, nosso jurista maior. O Guerreiro Ramos também fez uma conferência. Então tivemos uma grande influência do Iseb, eu, pelo menos, tive. Esse era o debate no final dos anos 1950, início dos 60.

BERNARDO. Mas a influência do Iseb tensionava com as ciências sociais na USP? Ou se combinava?

Tensionava, porque na verdade a gente tinha as duas visões. E a crítica. Questão idêntica nos incomodava na relação da sociologia da USP com a do Gilberto Freyre. Talvez o Fernando Henrique tenha mudado de ideia depois, mas eles – a começar pelo Florestan – eram muito críticos do Gilberto Freyre. Achavam-no um literato, o que é um engano, mas eles foram muitos influenciados não só pelo marxismo como pela sociologia sistemática. Peguem o livro do Florestan, *Os fundamentos empíricos da explicação sociológica...* Passei por tudo isso, passei por esse tormento, porque o livro é difícil de ler. Florestan é uma grande figura, mas esse livro apontava claramente na direção da sociologia científica, e eles achavam que Gilberto fugia a esses padrões.

BERNARDO. Tinha também o mito da democracia racial, que eles criticavam muito.

Exato. Só que você não pode deixar de reconhecer que o Gilberto Freyre era um pensador fantástico.

**ALEXANDRE. A trinca dos 30, Gilberto Freyre, Sérgio Bu-
arque de Hollanda, Caio Prado Jr., quão importante foi
para a sua formação?**

O Caio Prado, bastante, o Sérgio surgiu depois, quando eu já estava na faculdade de filosofia, e o Caio, bastante também, pelo lado marxista.

**RICARDO. Voltemos a essa tensão entre Iseb e USP.
Como você a vê?**

É o seguinte. Eu e João Manuel éramos, no fundo, muito críticos da visão da USP. Éramos alunos de lá e tínhamos mais afinidades com uma pessoa como o Fernando Novais, que estava muito mais próximo da outra visão do desenvolvimento, a do Iseb. O Novais também foi pego naquela armadilha de ter de fazer a tese. Tinha prazo e nós, como alunos, o ajudamos a juntar as fichas, fizemos esse trabalho manual. Para nós ele era e continua sendo uma figura fantástica. Ele defendeu a tese quase que junto comigo, que era aluno dele. Mas o Fernando Novais é muito cuidadoso, não deixa escapar nada em matéria conceitual, é muito rigoroso. Então nós tínha-

mos um afinidade maior com ele que com os outros. Mas havia realmente essa tensão. Nós tínhamos uma posição contrária à da USP, até por questões biográficas. Meu pai era muito getulista e o pai do João Manuel era anti-udenista. Meu tio era ligado à editora José Olympio, onde eu conheci muitos autores. Eu era menino e ia lá, via Gilberto Freyre, José Lins do Rego. Zé Lins eu achava ruim porque ele foi chefe da delegação brasileira em 1953 no Sul-americano do Chile, e foi um vexame danado. E eu ia lá para encher a paciência dele, que era flamenguista. E o Guimarães Rosa também, que frequentava a editora. Eu tinha essa coisa nacionalista, até pelo lado familiar. Meu tio, Luiz Gonzaga de Mello, morreu brizolista.

RICARDO. Então você também não compartilhava a visão da USP, em especial do Francisco Weffort, sobre o populismo.

Nós tínhamos horror a essa visão, com todo o respeito ao Weffort. Isso era o negócio do antigetulismo da USP, que vivia numa espécie de udenismo.

BERNARDO. Provocando: isso não ajudou a produzir o PT, anos depois? Justamente com a insistência na ideia da organização autônoma da classe trabalhadora?

Claro! O Weffort era o secretário-geral do PT, era o ideólogo do partido.

RICARDO. E não era só a crítica que o PT fazia a esse populismo do Vargas, mas ao modelo corporativo, à tutela pelo Estado. Quando surge, o PT quer uma concepção pluralista, de organização dos interesses dos trabalhadores. Opunha-se frontalmente à herança varguista, que era então interpretada por Brizola.

O Weffort era de origem trotskista. E os trotskistas acham essa discussão sobre a nação fora do lugar. Veja-se o livro do Antonio Negri, *O Império*, é uma tentativa de internacionalizar as relações de classes fora do contexto político da nação.

RICARDO. Há que lembrar que a questão da nação pela perspectiva de Getúlio Vargas deu na queima das ban-

deiras dos estados. Não é um problema simples.

Aqui em São Paulo isso é muito marcado pela Revolução de 1932. Eu não devo dizer isso, mas meu pai e meu tio tinham horror à Revolução de 1932, porque achavam que era um retrocesso, uma tentativa da oligarquia paulista cafeeira de voltar para trás. E eu nasci com esse horror, fui criado com essa visão. Não se podia em São Paulo falar desse assunto, se falasse era mal considerado. Isso agora ninguém mais sabe, as novas gerações não sabem o que foi a Revolução de 1932. A USP foi fundada muito dentro desse espírito, ser de esquerda ou ser de direita não interessava. Isso era uma coisa bem paulista. Quem quiser ter uma leitura disso pode ler o prefácio dos *Tristes trópicos*, do Lévi-Strauss, que faz uma descrição muito perversa da sociedade paulistana, da qual ele dizia que era um bando de provincianos querendo se apresentar como intelectuais universais.

BERNARDO. Pensando numa outra dimensão importante para a sua reflexão e a de sua “escola”, a da economia política. O próprio *Dependência e desenvolvimento na América Latina* destaca que no pós-1930, na América Latina, o Estado passa a ter um papel decisivo na economia da região, o que estimula a teoria econômica formulada a assumir uma dimensão de economia política. Como está hoje a economia política?

Nos anos 1930, até as duas primeiras décadas depois da Segunda Guerra Mundial, estávamos nos recuperando teórica e praticamente da catástrofe da grande depressão e da guerra. Nos anos 1930, a ideia do Estado na economia era perfeitamente difundida. Roosevelt, que para mim foi o maior estadista do século XX, teve dificuldades até para levar adiante o New Deal. Aliás, entre parênteses, outro dia alguém fez uma comparação entre o Roosevelt e o Obama, mostrando que o Roosevelt teve as mesmas dificuldades com o judiciário, com o Congresso, com o conservadorismo americano, mas levou a coisa adiante até onde foi possível. Então, naquele momento era essa a visão dominante. Pegue o Polanyi, por exemplo, que escreve nos anos 1940 e, na verdade, reflete sobre essa experiência desde o século XIX até a chamada *grande trans-*

formação. O pensamento social era outro. Ninguém tinha dúvida de que o mercado era uma forma de sociabilidade e de coordenação econômica insuficiente para se avançar, para disciplinar o dinamismo do capitalismo e conduzi-lo em uma direção socialmente mais justa.

ROSA. Vendo retrospectivamente, depois de 35, 40 anos, o Instituto de Economia da Unicamp aparece, a seu ver, como uma escola de pensamento que foi, ou ainda é, importante?

Eu acho que a distância histórica é muito curta para fazermos essa avaliação. No momento em que ela surgiu, foi importante, sim, porque rompeu com o domínio das escolas de economia convencionais. Foi realmente uma inovação tão grande que a Fundação Getúlio Vargas do Rio não queria que nós entrássemos para a Anpec, que é a associação das pós-graduações em economia. Eles diziam que nós não éramos economistas. Eles definiam o que é economia, definiam assim com uma clareza meridiana que sempre me deixa surpreso. Diziam que éramos cientistas políticos ou sociólogos. Ou seja, para esses economistas não existem as sociedades, existe apenas o agente: por certo a Margareth Thatcher tem razão.

ALEXANDRE. A combinação e a tensão acabaram também se estendendo à própria escola. Você tem uma matriz, a do pensamento científico, aqueles autores de que o Celso Furtado gostava, Schumpeter, Marx, Keynes, e a preocupação isebiana do desenvolvimento nacional. Essa combinação vai mudando ao longo do tempo? Parece que continua até hoje, ainda bem, eu não sei se você viu a entrevista que o Luiz Carlos Mendonça de Barros...

Eu não vi, mas me contaram.

ALEXANDRE. Alguém diz: “o problema são os economistas do PT”. E ele diz: “isso não existe mais; o problema são os economistas da Unicamp”. E não é o primeiro a falar isso, evidentemente, Roberto Campos falou antes de morrer.

Isso faz parte do debate, da disputa, e tem que se olhar desse ponto de vista. Nós somos, na verdade, os teóricos

do conflito, para falar o mínimo, ou da luta de classes. Havia o *homo economicus*, que é o homem dos liberais, o *homo solidarius*, e o Mendonça criou a figura do *homo keynesianus*, pragmático, que faz a mediação entre os outros dois *homos*. Vou escrever um artigo sobre a antropologia do doutor Mendonça...

ALEXANDRE. Mas a Unicamp continua “causando problema”...

A discussão sobre inflação, por exemplo, agora está demarcada claramente. Vamos voltar um pouquinho para trás. A teoria convencional, depois do fim da era keynesiana – a teoria monetária – passou pelo Friedman, quando se tinham expectativas adaptativas e a política podia temporariamente influenciar. Depois, à medida que os agentes foram aprendendo, perceberam que aquelas tentativas de recuperação pela política monetária eram pouco férteis ou negativas. Até que se chegou às expectativas racionais. Isso acabou evoluindo para essa teoria neo-wickselliana moderna das metas de inflação. E eles tinham absoluta convicção de que o sucesso do combate à inflação decorria das políticas monetárias nacionais. É um espanto achar isso na era da globalização. É o completo descolamento da teoria em relação ao mundo empírico. Afinal, havia os chineses, que trabalhavam mais do que deviam, absorviam os investimentos de créditos estrangeiros e estavam produzindo coisa barata para o resto do mundo. Então, o período que consideram um sucesso de política de metas foi um período em que as taxas ficaram anormalmente baixas e a inflação não subiu. E eles achavam que era a política de metas, quando na verdade você tinha uma inflação de ativos brutal, desde meados dos anos 1990 até agora, com essa questão dos imóveis.

Portanto, não era nada disso. Poucos economistas, com exceção do pessoal do BIS [Bank of international settlements], escreveram sobre o assunto para mostrar que não era assim, que na verdade isso decorre da atual articulação na economia global, em que se tem um país com uma massa de investimentos estrangeiros e que produz com uma relação produtividade/salário muito favorável. Pegando os preços dos bens manufaturados, vê-se que

se inverteu a “relação de trocas”, para usar um termo do nosso Prebisch. Os preços relativos dos manufaturados caíram *vis-à-vis* dos preços das commodities. Dessa inversão o Brasil se beneficiou, e já tem gente dizendo que o Prebisch errou. Ora, o Prebisch escreveu quando a economia mundial era outra coisa.

RICARDO. Sobre a questão do conceito de desenvolvimento, já ultrapassamos a ideia de desenvolvimento como sinal de crescimento econômico, e também aquela de desenvolvimento como sinônimo de industrialização. No livro *Conversas com economistas*, há uma passagem muito interessante de Celso Furtado em que ele diz, em resumo, que o crescimento é produzido pelas forças de mercado, ao passo que desenvolvimento tem a ver com a ação dos governos, e é a tradução de crescimento e bem-estar social. Como você definiria hoje o conceito de desenvolvimento?

Vamos voltar ao Celso. No final da vida ele se interessou muito pela questão da cultura, porque não necessariamente – e nós estamos observando isso hoje – o desenvolvimento econômico, e mesmo o progresso social, a proteção social levam ao que Adorno chamava de melhoria da capacidade de compreensão, progresso da capacidade de compreensão. Vamos voltar aos iluministas e seus seguidores. O que eles achavam que era o progresso? Seria apenas o progresso material? Não. Achavam que era o progresso da razão. E o que isso implica? Não vou fazer uma digressão filosófica, me falta competência para tanto, mas eles estavam pensando no progresso da capacidade de entendimento, de compreensão. É o que diz Adorno: só se obtém a liberdade quando se é capaz de compreender. E o Celso percebeu isso claramente, daí ter se preocupado com a questão cultural. Vamos tomar um país como os Estados Unidos. Sem forçar a barra, nós temos ali uma sociedade muito desenvolvida mas com um declínio cultural muito forte. Claro que há coisas fantásticas nos Estados Unidos, mas estou falando da média. Isso tem muito a ver não só com a educação formal, mas também com a capacidade que o Estado tem de oferecer aos seus súditos a oportunidade de melhorar a capacidade de compreensão.

Como alguém é considerado desenvolvido se não conhece um pouco da literatura do seu país? Se não leu nada? Porque isso desenvolve a sua capacidade, de crítica inclusive. Desse ponto de vista o Brasil me deixa muito preocupado. Nós conseguimos nos últimos anos elevar um pouquinho o nível econômico das classes menos favorecidas. Mas é preciso dar muito mais. E quem fará isso? O mercado? Com o quê? Não fará, é preciso haver políticas de Estado.

ROSA. Você incluiria no conceito de desenvolvimento o processo de criação de valores, de valorização da cultura?

Sem dúvida. Vamos tomar o fenômeno da internet, que em princípio é um instrumento de difusão da informação e até, sabendo usá-la bem, de difusão cultural. Mas o que está acontecendo não é bem nessa direção. Vejamos o twitter. Outro dia um amigo me disse: “ah, você também está no twitter”. De fato, eu criei um mas a única coisa que escrevi foi anunciar a contratação do Muricy Ramalho... O twitter está à beira do grunhido, é a anti-ágora, hoje são 140 toques, daqui a pouco vamos para 100, para 90, e chegamos ao grunhido. Eu leio muito sobre essas novas tecnologias da informação... Esses problemas já estavam de certa forma no MacLuhan. Mas hoje você tem textos e livros interessantes, inclusive de neurocientistas, mostrando como isso afeta a capacidade de leitura. Um deles fez uma avaliação e concluiu que a maioria das pessoas que liam, depois que começaram a usar o twitter não conseguem ler um texto mais longo.

ALEXANDRE. O desenvolvimentismo, cuja fase áurea você viveu, virou algo pejorativo na mídia. A Unicamp contribui para isso? Falo como alguém que vem de lá. A Unicamp acaba sendo uma escola em que há menos discussão de nação e mais sobre quem está errado e quem está certo em termos econômicos, e assim acaba dentro da armadura que a mídia a coloca. O desenvolvimentismo não é algo maior? Não são valores? Não é um projeto social que envolve toda a sociedade?

O que aconteceu é que nós fomos carregados para essa segmentação. Na nossa ideia original não era assim, de

jeito nenhum. O João Manuel, por exemplo, dava um curso chamado “Os pensadores do Brasil”, não fazíamos essa separação. Mas no debate fomos atraídos para essa segmentação, e nisso você tem razão. Há um jogo dos economistas com a mídia: a mídia pauta. Mas o que a mídia pauta? Essa coisa estreita. Mesmo os melhores pautam essa coisa assim rasa. Acaso existe uma discussão mais profunda sobre a sociedade brasileira, sobre como ela evoluiu? Em compensação, sobre a sociedade americana tem um monte.

RICARDO. Ainda sobre o desenvolvimento, como você reage às teses do Amartya Sen, a essa ideia de tentar olhar para várias dimensões? Tem-se claramente a dimensão do bem-estar, a da renda mínima, novamente a questão de classes. Sen introduz novos elementos, como a questão dos ambientalistas. De certa forma, além de se ter uma tradição forte na América Latina, no Brasil em especial, do pensamento desenvolvimentista, eu diria que a ONU, através do PNUD, do Índice de desenvolvimento humano – e aí temos o Amartya Sen –, e também os ambientalistas reintroduzem na agenda contemporânea no Brasil e no mundo a questão do desenvolvimento. Você concorda?

Concordo que esses temas novos são importantíssimos. Isso já está um pouco lá atrás, no relatório do Clube de Roma, dos anos 1970. Chegamos com certo atraso a essa discussão. O livro do Celso, *O mito do desenvolvimento econômico* [1974], é importante porque já falava disso. Mas nós demoramos a incorporar ao debate mais amplo essa questão ambiental. Ora, ela é muito importante, até por ser transversal, pois abrange a questão do padrão de consumo, da utilização de recursos. E, no fundo, faz uma crítica à lógica do crescimento do capitalismo, já que defende o direito das futuras gerações, que na verdade está ameaçado pela dilapidação, pelo desperdício, pelo uso irracional dos recursos. Mas o pensamento conservador sempre acha que não é preciso pensar nisso e que a tecnologia vai resolver. Tenho profunda desconfiança disso, porque o que se observou ao longo do desenvolvimento capitalista foi que a tecnologia aumentou o poder de in-

tervenção na natureza, até mesmo de reinvenção da natureza, mas não conseguiu resolver a questão da utilização irracional dos recursos. Qual é o risco que se corre ao generalizar na China, por exemplo, o padrão de consumo americano? Isso acaba com o mundo, e acaba logo, pois não é só a questão da agressão aos recursos naturais, mas também de agressão às condições de convivência humana. O modelo de transporte individual que está aí é inviável, sua generalização é inviável, não só pelos efeitos ambientais, mas porque as cidades estão ficando francamente inabitáveis. Isso tudo tem a ver com o capitalismo do final do século XIX e do XX, que foi a generalização dos bens duráveis, dos automóveis etc.

Os Estados Unidos deram amplo crédito ao consumo, o que era algo muito embrionário nos anos 1920. Os europeus não tinham isso, até hoje têm bem menos. O endividamento das famílias francesas não é parecido com o das americanas, nem o das alemãs, que ainda pagam as suas despesas com dinheiro. Houve isso nos emergentes europeus, que se aproveitaram do euro, das taxas de juros que caíram, dos prazos que aumentaram, e eles se fartaram. Voltando à questão inicial, você acha que dá para generalizar esse padrão de consumo? Não dá. A questão que a sociedade capitalista enfrenta hoje é esta: como remodelar o desenvolvimento para atender a esses problemas que não são longínquos, mas estão batendo à nossa porta?

BERNARDO. Pensando nesse sentido mais amplo do desenvolvimento, com uma referência civilizatória, você lembrou como o Celso Furtado dos últimos anos já pensava nesses termos. Ao mesmo tempo, assinalou como é difícil fugir da lógica do capitalismo, até mesmo no advento da própria Unicamp, que propôs uma concepção diferente de desenvolvimento, incluindo o lado social e político. Mas estava claro então que o Estado deveria induzir o desenvolvimento. Ainda dá para pensar nesses termos? Melhor, qual seria o espaço reservado para a sociedade no processo de desenvolvimento hoje?

Aí nós vamos entrar em uma discussão que está na pauta, que é sobre as relações do Estado contemporâneo com a sociedade e com a economia. Essas relações se tornaram

muito mais promíscuas, no caso da economia, ao menos, e também muito mais distantes, pois foram se afastando daquilo que seria uma relação mais democrática com a sociedade. Na Espanha, atualmente, assistimos às manifestações do 15-M [15 de maio], esse movimento popular de massas, da juventude desempregada ocupando ruas e praças. O 15-M hostiliza todos os partidos políticos, eles não veem diferença nenhuma entre o Partido Popular e o PSOE socialista. Isso afeta o sistema partidário, a representação, que, em meu juízo, está em colapso. Nos países árabes as manifestações recentes também foram uma experiência incrível, que surpreendeu todo mundo. Elas são fruto de uma invasão silenciosa dos valores ocidentais, que são proclamados mas não são praticados. O que queriam as pessoas que estavam nas ruas, nas praças? Queriam o fim daquela sociedade opressiva. Ninguém ali estava falando do Islã, ao menos num primeiro momento. Se vão falar depois, não se sabe, mas não era esse o motivo da manifestação. É o vírus da liberdade, como se dizia, ele entra mesmo nas sociedades, não tem jeito. Os marxistas convencionais tiveram dificuldade em compreender a Revolução de Veludo. Muita gente foi lá e disse que não era bem isso que se desejava. Mas as revoluções, a queda do muro de Berlim têm esse componente da liberdade. E se você pensa, como eu, que Marx é um pensador ultralibertário, é só pegar o conjunto da obra dele, passando pela *Crítica da filosofia do direito*, e vai ver que ele é um liberal radical, que chega até à beira do anarquismo. Então, quando ele fala de comunismo, está falando da sociedade. Todas essas questões são recorrentes, estão novamente colocadas, e o problema é que temos uma incompatibilidade entre a organização, a relação atual do Estado com a economia, que foi capturada totalmente pelo mercado. Estou usando “mercado” como sinal dos interesses capitalistas. E está se notando claramente o afastamento progressivo daquilo que deveria ser o Estado, que são os interesses da maioria da sociedade.

ALEXANDRE. Mas na China não é diferente? No Brasil não é diferente?

No Brasil é diferente, na China é diferente, não sei até quando.

ALEXANDRE. O discurso do François Chesnais, que muita gente defende na Unicamp, da mundialização financeira, de um novo regime de acumulação, não foi além da conta? Se olharmos o Braudel, o Giovanni Arrighi, por exemplo, existe uma outra interpretação sobre as expansões financeiras como parte do desenvolvimento histórico do capitalismo...

Braudel não disse isso. Braudel fala do jogo das trocas e da vida material. Veja como ele construiu um edifício. Primeiro, *le capitalisme chez les autres*, que é o capitalismo que ainda não se apropriou das relações de produção. Depois, *le capitalisme chez lui-même*, que é a esfera financeira. Uma vez o Elio Gaspari me disse que o Braudel tinha desmentido o Marx. Mas o que é jogo das trocas? É a sociedade de produtores que nunca existiu, que é uma abstração de Marx para explicar como é a sociedade que produz diretamente para a troca: o sujeito não produz para recompor a sua cesta de consumo, produz diretamente para a troca. Então ele diz que essa é uma dimensão da economia capitalista, e que só pode ser uma economia monetária.

Outro dia o José Carlos Braga disse uma coisa da qual me apropriei e que vou pôr no posfácio que estou escrevendo para meu livro *A lógica do capital*. Ele diz que a teoria do valor trabalho de Marx é uma espécie de inconsciente da sociedade mercantil. E é verdade, porque para Marx essa é a relação mais profunda. A forma como ela aparece é na relação entre mercadorias e dinheiro: aí ela aparece necessariamente, não é uma ilusão, é a forma necessária. Então, o Braudel, que é um sujeito prodigioso, reescreveu tudo isso nas três camadas.

RICARDO. Karl Polanyi diz também, escrevendo no século XIX, naquele ambiente em que o mercado era hegemônico, que a sociedade reagiu. Robert Reich, ex-secretário do Trabalho do governo Clinton, chama a atenção no livro *Super-capitalismo* para o seguinte ponto: nesse período em que a desregulamentação avançou nos Estados Unidos – e ele mostra os dados do aumento da desigualdade e da concentração de renda – sai de cena o cidadão e entra o consumidor. De certa maneira, isso também acontece no Brasil.

O cientista político canadense Philip Oxhorn chama a atenção para o fato de que na América Latina está havendo um avanço da cidadania pelo consumo, um avanço da americanização. Como você vê essa falta de reação mais forte da sociedade diante da financeirização ou diante de um mundo em que o Estado e o governo são mais sensíveis aos interesses do mercado financeiro do que aos interesses da sociedade? Por que a sociedade não reage? É porque também se beneficia, conforme diz o Reich, como consumidora?

Sem a menor dúvida, mudaram os padrões de constituição da subjetividade. Quando eu era estudante, o crédito de consumo no Brasil era muito precário. A formação de um sistema de crédito mais moderno veio depois do Golpe de 1964. Em 1965 foi feita a reforma financeira, uma cópia do que foi feito nos Estados Unidos depois da crise de 1929, quando se segmentaram os mercados entre os bancos comerciais, as financeiras, os bancos de investimentos, cada um com sua função, e função muito bem regulamentada. Dando uma visão um pouco pitoresca, como era o crédito para consumo? Comprava-se na caderneta do armazém. Você ia comprando, o dono ia anotando, e no final do mês você pagava. Era uma forma de crédito bastante precária. O crédito comercial era puramente de curto prazo. Depois disso foi mudando, e chegamos ao endividamento externo, que cobriu boa parte do financiamento longo, e além disso o Brasil sempre teve um banco de investimento.

Voltando à sua pergunta, essa expansão do sistema de crédito, principalmente do crédito de consumo, explodiu mesmo depois da estabilização. É só pegar a relação entre crédito ao setor privado e PIB: hoje ela chegou a quase 50% do PIB, mas antes do governo Lula estava em 25%, algo muito modesto. Isso é bom? É bom porque você incorpora ao mercado de consumo gente que tinha muito pouco acesso a crédito. Para o crédito consignado, por exemplo, quem foi atraído? Aquele sujeito que normalmente não tinha crédito pelas avaliações dos bancos. Isso é bom mas ao mesmo tempo criou a mentalidade consumista. Estamos em um momento em que esse lado, digamos, bom entre aspas, é muito mais forte que o lado

negativo, pois permite que o sujeito tenha suas ambições, seus desejos, embora possa ter pouco a ver com a sua situação de classe, com a relação entre o que ele consome e o serviço público que recebe. É como se a consciência da cidadania estivesse meio apagada, você tem razão. Por isso dei o exemplo da Espanha. Quem foi à Espanha nesses últimos anos de euforia, percebia claramente que os espanhóis estavam na mesma, porque os espanhóis não são melhores que os brasileiros, nem os brasileiros são piores que os espanhóis. Eles estavam na mesma, e agora se deram conta, quando viram os resultados dessa aven-

seja, a regulação coletiva da liquidez internacional. Então, voltando à nossa questão, ele mostra claramente qual o potencial do sistema de crédito. O desenvolvimento do capitalismo é uma coisa maravilhosa, é a possibilidade de se antecipar a criação de riqueza real, pelo crédito. Todos eles falam disso, só que se deixarmos a questão ao sabor da concorrência e dos critérios de lucratividade, vai se produzir um desastre, como se produziu na crise recente. Se a gente acredita, como eu, que os processos históricos são intrinsecamente contraditórios, vemos que essa construção do sistema de crédito tem um lado muito

“Temos 16 milhões de pessoas abaixo da linha de miséria. Não é o setor privado que vai cuidar dessa questão, esqueça. O governo terá de criar emprego na área cultural, e também na educação e na saúde. Essa é a cara que vai assumir, no futuro, o emprego no mundo.”

tura. Tinha uma menina com um cartaz na manifestação do 15-M pedindo revolução. Eu acho que no momento vai ser um pouco difícil, mas isso dá o sentido da mudança.

ALEXANDRE. E nós, tivemos uma euforia ou temos sustentabilidade? Na nossa “financeirização” recente, com o crédito ao consumidor houve dinâmica de emprego, crescemos, o Estado aumentou sua participação na sociedade. Os países europeus não viveram isso agora, ou seja, nós seguimos um caminho mais parecido com a China. Simultaneamente ao governo Lula houve uma atuação do mercado que deu novas potencialidades para o desenvolvimento.

O fenômeno tem manifestações diferentes dependendo do estágio de desenvolvimento em que o país esteja. Volto a Marx e a Lênin. Ambos viam no sistema de crédito uma oportunidade, desde que ele se tornasse algo mais democrático e feito com o propósito de controle social da riqueza. O que é a eutanásia do *rentier*, de Keynes? Keynes tem quatro ideias básicas: uma é a socialização do investimento, a outra é a eutanásia do *rentier*, a terceira é um sistema fiscal para promover a distribuição de renda, e a quarta é a que ele propôs em Bretton Woods, ou

bom mas conflita com outro, que é a utilização privada desse sistema. E é daí que vêm as crises, porque você socializa as relações do capitalismo e, ao mesmo tempo, os critérios de governança e os critérios de decisões são privados. Como Marx não era um moralista – muito pelo contrário, ele era um materialista no sentido mais preciso da palavra –, acreditava que se devia olhar como são as relações de fato, que se dão no âmbito da sociedade e da economia. Às vezes ele tinha uns repentes, xingava os banqueiros, mas isso é outra história.

ROSA. Você exerceu cargos públicos, foi secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, foi secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, secretário de Relações Internacionais do governo de São Paulo. Como foi a sua experiência com a gestão pública?

RICARDO. Complementando, quando se fala em governança, parece que falta um olhar mais atento para a avaliação das políticas públicas, para que se saiba se a política realmente está produzindo os resultados esperados, se o dinheiro está sendo bem empregado.

De fato existe esse problema da perseguição do dinhei-

ro, saber se o dinheiro está indo para os objetivos para os quais foi liberado. No caso da bolsa-família, acho que se tem uma avaliação razoável, mas não perfeita. No caso de outras políticas tem-se uma avaliação, uma fiscalização menor. Vamos pegar as políticas de transportes. Nesse caso, depende-se de uma avaliação muito mais *ex ante* do que *ex post*. Você pode decidir usar o dinheiro para construir mais pontes, viadutos, mais estradas, ou pode pensar em uma modificação na malha dos transportes, o que acho inevitável, mas quem está discutindo isso? A direita está discutindo isso hoje? Não, está discutindo como vai ganhar a licitação na próxima obra do governo. Vou aproveitar a pergunta para dizer o seguinte: para mim ficou muito claro, no período em que participei dos governos, tanto do federal como do estadual, que a direita diz uma coisa mas faz outra, a esquerda diz outra e faz uma. A questão é a seguinte: as relações entre o Estado e a economia são, hoje, umbilicais. Só quem na verdade vive no mundo da lua é que acha que a economia capitalista pode viver sem uma presença ominosa, e eu diria nem sempre correta, do Estado. Não só no Brasil, mas em qualquer outro país com graus diferentes de corruptibilidade.

Vou pegar a questão da financeirização e analisar o aspecto da independência do Banco Central. O Delfim Netto tem uma frase que eu acho sábia: é preciso estatizar o Banco Central. Porque o Banco Central foi completamente capturado pelo setor privado. Basta ver aqui no Brasil, não há Lula nem governo progressista que consiga se livrar dessa praga da independência do Banco Central. Isso é uma coisa não só ideológica como instrumentalizada pelo setor privado. O Paul Craig Roberts, que foi assessor do Reagan, diz que em duas coisas enganaram a sociedade americana: a independência do Banco Central, porque ele se tornou um corpo totalmente estranho aos interesses da maioria da sociedade e com um poder ideológico incrível; e, em segundo lugar, a judicialização da política. Como ele é partidário do *supply side economics*, não se pode atribuir-lhe a suspeição de que está fazendo uma crítica do ponto de vista de um liberal político.

Mas a gente não pode se iludir. Eu escrevi para a revista *Interesse nacional* um artigo sobre política e econo-

mia e fiz a observação de que o liberal mais interessante, Alfred Marshall, tem um livro chamado *Industry and trade* em que diz que, apesar de tudo o que escreveu, o que interessa mesmo é ir à prática: “é preciso que o Estado defenda a indústria inglesa”, que já estava no fim. Esse envolvimento do Estado com a economia é inevitável. Mesmo quando ele parece tirar as mãos da economia, está na verdade fortalecendo certos laços que são invisíveis, como é o caso da independência do Banco Central. A propalada independência do Banco Central significa submissão absoluta aos ditames do setor financeiro privado.

RICARDO. Temos uma burocracia muito competente e bem remunerada no Banco Central, no BNDES, para citar duas instituições. Mas o cerne do debate não seria: onde está o interesse público nessas instituições de Estado? Para não haver privatismo, para que o Banco Central não aja de acordo com o interesse do mercado financeiro, de acordo com as pesquisas do mercado financeiro que dizem, por exemplo, que a inflação está subindo, a questão central é como resguardar nessas instituições o interesse público.

É preciso recompor os corpos que tomam decisão. No caso do Copom, teria que se fazer como na Inglaterra, em que há representantes, membros do comitê de política monetária, que são considerados independentes. Hoje eles são, via de regra, de carreira, e é importante que se tenha feito isso em favor dos funcionários de carreira, pois valoriza a burocracia pública. Não sou a favor dessas representantes corporativas – um da Fiesp, outro desta ou daquela confederação –, mas da participação de indivíduos que tenham expertise na matéria, e que não são diretores ou funcionários do Banco Central. O Banco da Inglaterra tem economistas independentes. Esses economistas não podem, depois, prestar consultoria. Essa coisa da “porta giratória”, aqui no Brasil é um problema sério. O sujeito é diretor do Banco Central, funcionário do Ministério da Fazenda, e depois vai para o setor privado. Mesmo com a quarentena, que é de seis meses, isso é inacreditável. Mas há outro problema. Você acha que o diretor do Banco Central pode ganhar oito mil reais? Ele vai se defrontar

com gente do setor privado, que ganha cinco vezes mais. É o que diz o Matt Damon, que dirige e faz a narrativa do filme *Inside job* [*Trabalho interno*]. A certa altura ele diz que um funcionário do Banco Central da Islândia, órgão regulador, ganhava, digamos, o equivalente a oito mil reais e se defrontava com 40 advogados e 30 economistas que ganhavam o dobro. Existe essa disparidade de forças, que começa com o salário do funcionário e termina com as dificuldades de se enfrentar a burocracia privada. Vamos tomar as reuniões do Boletim Focus. Existe coisa mais esdrúxula, antidemocrática do que isso? Um bando de economistas de bancos determinam as expectativas do Banco Central, que as devolve, depois, por meio da ata. É esse que é o jogo. Você acha que esse grupo de economistas de bancos sabem mais ou têm mais sensibilidade para a conjuntura econômica do que um economista acadêmico? Ali não se trata disso, trata-se de relação de poder, de força. O Boletim Focus diz: a inflação vai ser tanto. E acaba sendo! Pois se está falando de expectativas, que, nos mercados financeiros, acabam se autorrealizando. E aí vem o Banco Central e faz a ata, dizendo que, de fato, diante da situação etc. e tal.. Então, qual é a questão? É aquela de que o Marcuse tratou. Quando ele pensava estar falando do nacional-socialismo, na verdade falava de como o Estado moderno foi capturado pelo privatismo. Isso é da natureza do capitalismo. Se a gente vai ficar se iludindo! Marcuse disse que a lei racional, a lei formal, é importante porque separa o Estado da sociedade. Ele está falando do que foi o colapso do Estado e da sua forma legal nesse caldeirão da competição capitalista. E o problema de corrupção tem a ver com isso. Ou alguém acha que o Estado americano é menos corrupto que o brasileiro? Lá, de certa forma, eles legalizaram a corrupção, pela legalização do lobby.

BERNARDO. Estamos discutindo o Estado, e eu estava pensando em outra dimensão, a da nação. Sabemos que a reflexão mais interessante sobre o Brasil tinha a construção da nação como horizonte – o que aparece nesse quase subgênero que foram os livros sobre a formação do Brasil, *Formação econômica do Brasil*, do Celso, o

Formação da literatura brasileira, de Antonio Candido, o Formação do Brasil contemporâneo, do Caio Prado, etc. Apesar de diferentes, eles têm um ar de família que vem da ideia de superação do passado colonial. Será que essa referência à nação ainda faz sentido hoje?

Vou responder fazendo uma pergunta aparentemente ingênua. Em que época escreveram a maioria dos seus livros esses autores que estamos mencionando? Houve uma concentração nos anos 1930, depois nos 1950. Momentos em que eram muito claras não só a ideia de nação, como a da ruptura da economia internacional dos anos 1930-40 e, depois, a do sistema de Bretton Woods, que deu muita ênfase às economias nacionais. Era a época da recuperação dos mercados internacionais, e a ideia de autonomia e de processos nacionais de desenvolvimento era muito clara. O Celso, nos seus primeiros anos, pensava: como se supera o subdesenvolvimento? Há que se ter projeto nacional, como foi o caso do pensado no Iseb. A industrialização era um projeto nacional. Todos esses autores estão pensando nesse ambiente, não vou usar a palavra contexto porque é muito ruim, mas nessa situação de superação do subdesenvolvimento. E isso não podia ser feito espontaneamente pela articulação promovida ou proposta pela economia internacional.

Surge no pós-guerra uma economia internacional que abria espaço para os processos de recuperação de industrialização nacionais. Keynes pensou isso. Ele escreveu um texto chamado “Por que tudo deve ser nacional?”. E Keynes era, na origem, um livre-cambista! Isso, depois de ter celebrado a teoria das vantagens comparativas, as relações internacionais abertas: hoje, aqui da minha cama eu posso tomar um chá da Índia, pelo telégrafo eu me comunico com todo mundo. Depois ele viu as experiências dos anos 1930. O fato é que a inserção das economias nacionais mudou substancialmente com a nova divisão internacional do trabalho. A globalização financeira mudou os termos em que os países se relacionam uns com os outros. Então temos um fenômeno paradoxal. Até os anos 1980 os países em desenvolvimento eram financiados pelos países desenvolvidos, hoje a China financia os Estados Unidos. Para quem tem uma visão tradicional, é

um espanto que a China, mas também a Índia, os países com superávits comerciais e reservas altas estejam financiando os países deficitários.

Rosa. Você acha que, de certa forma, esse panorama torna caduca a ideia de um projeto nacional?

Você tirou as palavras da minha boca. A China tem uma inserção que não é nada parecida com a que nós tivemos. Temos que compreender isso pela natureza histórica da formação do Estado chinês. Lá houve uma revolução comunista, que na verdade era uma revolução nacionalista, que teve os seus percalços, como o horror da revolução cultural. Porém, havia um projeto nacional. Houve uma transformação importante quando o Deng Xiaoping assumiu mas ele não abandonou o projeto nacional. Ele abandonou a ideia da economia de comando, e com toda razão. Outro dia eu estava em um debate com o Paulo Skaf, e ele disse que a China não era uma economia de mercado. Como assim? O mercado na China é uma coisa desenfreada, você tem 15 empresas de chips, 18 de televisão. Então, sabe do que ele estava falando? Daquilo que o Braudel chama de *capitalisme chez lui-même*. Que é o controle da finança e do comércio exterior. Disso aí os chineses não abrem mão. Ou seja, nos bancos praticamente todo o crédito é público, e o comércio exterior é controlado pelo People's Bank of China. Alguém especula contra o yuan? Ninguém, porque sabe que vai perder. Essas duas questões são centrais. Mas no que diz respeito à produção de bens, eles estão absolutamente apoiados no mercado. Os chineses não sabem se chamam aquilo de capitalismo de Estado ou socialismo de mercado. Pouco importa o nome, mas eles têm um projeto nacional, assim como a burguesia, que não apita nada na política econômica, trata de ganhar dinheiro. É como diz o Deng Xiaoping: enriquecei-vos! Eles estão levando, de forma controlada, as pessoas do campo para a cidade. Dizem: ah, mas o sujeito ganha 70 dólares! Mas 70 dólares em termos de poder de compra podem equivaler a 350. Aumentou a desigualdade, mas eles têm um projeto nacional do qual não abrem mão. Então, não é verdade que o Estado-nação entrou em colapso.

RICARDO. Quando eu fui entrevistar o Celso Furtado, ele me disse que o grande projeto nacional foi a industrialização, que no governo Kubitschek começa também a integrar a economia nordestina, com a criação da Sudene. O receio que ele externava era que, nesse mundo globalizado, o Brasil começasse a jogar à força para se integrar à economia internacional. E os vínculos externos dos estados, membros dessa federação, muitas vezes são maiores que os vínculos entre eles. Talvez seja um movimento inexorável, mas ocupar um espaço maior no comércio nacional, através de commodities, sacrifica o projeto nacional. Significativo é o ministro da Integração Nacional quase só ser chamado para resolver problemas de enchentes e catástrofes, enquanto o ministro das Relações Exteriores tem uma pauta quase diária com o presidente. Você não acha que há um desequilíbrio nesse enorme esforço feito pelos estados, como se os vínculos externos fossem mais importantes que os internos?

É como se eles tivessem políticas próprias. Cada um deles tem a sua assessoria de relações exteriores. Isso é um pouco para atrair investimento estrangeiro. Do ponto de vista das instituições federativas, isso tem certo efeito na guerra fiscal, o que é ruim e prejudica muito. Fazer reforma fiscal no Brasil é um inferno, um dos objetivos devia ser tornar o sistema menos regressivo. Um dos objetivos deveria ser esse.

RICARDO. Uma pesquisa do IPEA mostra que proporcionalmente os mais pobres gastam mais em impostos indiretos: 32 por cento.

Sempre foi assim. Há um economista francês, Thomas Piketty, que estudou essa questão da regressividade dos países centrais, e que aumentou muito depois dos anos 1980. Isso é uma dimensão da globalização, porque as empresas começam a fazer planejamento fiscal, colocando boa parte das suas atividades em um paraíso fiscal. O mesmo acontece com as empresas brasileiras. É terrível, pois estimula internamente a tendência a se ter um movimento de separação do conjunto. O Estado central perde força, mas essa

é uma questão à qual os governos têm dado pouca atenção. É grave o que você falou.

ALEXANDRE. Recentemente a Maria da Conceição disse em entrevista que não existe mais centro e periferia, é claro que como figura de retórica, para mostrar que o mundo mudou. Nunca vi uma Conceição tão lúcida e tão otimista, pela primeira vez ela vê possibilidades de o Brasil se impor pelas commodities, indo de par com os projetos de integração nacional, sem se desindustrializar necessariamente. E ao mesmo tempo, do outro lado, temos o Bresser, com seu projeto, meio vago, de “novo desenvolvimentismo”, falando de desindustrialização.

Eu concordo com a Conceição. Se você não corrigir a taxa de câmbio, vai ter perdas importantes. O Brasil se transformou, pela vocação de seus recursos naturais, em grande exportador de commodities. Não acho que essa trajetória dos preços das commodities vá se manter, porque há uma bolha que vem por conta da política monetária americana, que está promovendo essa tremenda especulação no mercado das commodities. Mas eu diria que essa tendência dos preços “reais” entre aspas das commodities pode se manter por causa da demanda chinesa e do crescimento dos emergentes, que têm outra constelação de recursos.

Não é que a relação centro-periferia tenha desaparecido, ela mudou de natureza. E além disso temos a China, um país “periférico” entre aspas, pois com um peso enorme na economia internacional. Alguém disse que a China está reproduzindo a estrutura de demanda externa da Inglaterra. Mas só que numa dimensão e com uma taxa de expansão industrial, de diferenciação da estrutura produtiva que não tem comparação! Pegue o *Industry and trade*, do Marshall, para ver como a Inglaterra terminou!

ALEXANDRE. O problema é que a Inglaterra era a única que tinha se industrializado, agora o mundo já se industrializou.

Então a questão envolve um número de protagonistas muito maior e não há por que o Brasil deixar de definir o

seu projeto nacional. Tem que haver uma política industrial, que não é só câmbio. O câmbio é importante, mas precisamos de uma política de investimento público, uma política tecnológica, uma política focada, por exemplo, nos setores ligados ao pré-sal, que são muitos, é um leque de setores, desde a metal-mecânica até a informática. Mas isso requer uma política, exige um certo grau de nacionalização. É claro que tem gente que vai reclamar, até dentro da Petrobras tem gente que reclama, porque é mais barato comprar fora, mas o governo tem que manter mão firme nesse negócio.

ALEXANDRE. Você acha que o governo está criando uma burguesia nacional de verdade, como teve nos anos 1950? Este é o sonho da Unicamp, pelo menos é o que de forma crítica os nossos inimigos colocam: “ah, ter uma burguesia nacional, vocês não perceberam que ela se internacionalizou?”...

A grande empresa nacional também deve ir para a batalha nesse território. Deve se fortalecer a empresa nacional, porque internacionalização significa que você abriu um espaço de competição que está fora das fronteiras nacionais, e você precisa ter representantes lá fora, se não tiver enfraquece. Os chineses já perceberam isso e estão se internacionalizando. Veja a diferença que faz para nós ter um BNDES, o que os outros países da América Latina não têm. Os conservadores acham que o BNDES devia diminuir a sua participação, abrir espaço para o mercado privado. Ótimo, se tivéssemos um mercado financeiro parecido com os Estados Unidos. Mas nós não temos, vamos construí-lo ao longo do tempo.

RICARDO. O Brasil tem uma grande oportunidade em termos de crescimento econômico, vamos dizer nos próximos 10 anos. Você concorda?

Nós temos um período talvez curto em que precisamos resolver alguns problemas, como o do câmbio, da liquidez internacional. Mas isso não é um problema só do Brasil. Temos dois choques que são contraditórios: por um lado, a valorização cambial determinada pelo diferencial de juros e pela perspectiva de que o Brasil vá ser um país com taxa

de crescimento mais elevada que a média, que é a aposta que os mercados estão fazendo. Eles estão olhando lá na frente e estão vendo o Brasil do pré-sal. Por outro lado, temos um choque de commodities, que também tem um duplo impacto, pelo aspecto do balanço de pagamentos é bom e pelo aspecto da inflação é ruim. É muito fácil dizer: ah, tem que combater a inflação. Está bem. Mas só que você pode, no combate à inflação subindo a taxa de juros, aumentar a venda de capitais estrangeiros e aumentar mais o câmbio. Ampliou-se o espaço em que o sistema de crédito operava, agora temos quase 50% de crédito sobre o PIB, e isso significa que temos de usar os instrumentos de controle do crédito para administrar a demanda agregada. Há quem não reconheça isso, e fale de modelos que não têm crédito, têm moeda mas não têm crédito. Dá para acreditar em um negócio desse? Isso é uma coisa de curandeiro. Portanto, um problema é o câmbio, e o outro é a inflação. São problemas simultâneos e determinados pelo mesmo fator, que é a expansão da liquidez global. O que eles fizeram? Encheram as reservas do banco, portanto preservaram a liquidez do sistema, compraram o título público de volta para manter a taxa de juros muito baixa. E o que fizeram os investidores privados? Saíram à caça. E temos que resolver os dois problemas, não dá para resolver um só. Até se pode apreciar mais o câmbio, e se terá bom resultado em relação à inflação, mas a indústria vai perder sua posição.

Pode-se usar o pré-sal como um instrumento de política industrial, para se recuperar um pouco do que se perdeu. Estamos perdendo a indústria de calçados, a indústria de vestuário. E vestuário é um caso típico em que o papel do câmbio é fundamental, pois não é que haja inovações tecnológicas formidáveis que a separam da China, não, o problema é que o chinês usa mão de obra barata, com uma relação produtividade-salário muito boa, e exporta com o câmbio desvalorizado. Quanto custa uma bola de futebol hoje? Cerca de 30 ou 40 reais. E por quanto o chinês vem aqui vender a bola para os clubes? Por 1,39 real. Você acha que a tecnologia para fabricar bola é muito complicada? Não é, o problema é de outra natureza.

RICARDO. Quando se analisa a macroeconomia brasileira, é evidente que está melhor do que vinte anos atrás. Quando se olha para a perspectiva nesta década, pela sua própria análise, estamos mais otimistas em relação ao crescimento econômico. Mas um país desenvolvido não pode ter dezesseis milhões de pessoas na pobreza extrema. O bolsa-família são doze milhões e quinhentas mil famílias, o que dá mais ou menos sessenta milhões de pessoas que estão, portanto, abaixo da linha de pobreza. Como enfrentar essa questão de maneira que se possa ter não apenas o crescimento econômico que estamos tendo, mas, até meados, final da década, um quadro de pobreza bem menor?

Minha visão é que isso não vai ser feito nem mesmo pelo pré-sal. Estamos tratando de uma questão muito delicada, porque isso supõe, ao contrário do que diz o mercado, que não só se mantenha essa carga fiscal como que se faça uma política de emprego e de renda compatível com o avanço, que vai ser progressivo. Se você pegar a experiência do pós-guerra nos países desenvolvidos vai ver que a carga tributária subiu, o gasto público subiu, de modo a aumentar a participação da população desempregada, de modo a absorvê-la. Juntando seus efeitos diretos e indiretos, foi o Estado que criou emprego no pós-guerra, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Isso é inequívoco, os estudos da OCDE e qualquer estudo benfeito mostram. O setor privado não vai criar emprego, a não ser que se tenha uma oferta ilimitada de mão de obra, como é o caso dos chineses, porque aí vai se pondo para dentro e vai se aumentando o investimento, chegando a 35% de taxa de investimento privado, que, na verdade, é “privado” entre aspas. Mas o que eu vejo hoje, e que não é só problema do Brasil, embora aqui seja mais grave, é que temos dezesseis milhões que estão abaixo da linha de miséria absoluta. Se o Estado não cuidar dessa questão, não é o setor privado que vai cuidar, esqueça. Então devemos ter uma política de emprego, e é por isso que eu falo do desenvolvimento cultural. O governo brasileiro terá que criar emprego não só cultural, mas nas áreas ditas sociais, educação e saúde. Essa é a cara que vai assumir, no futuro, o emprego no mundo. É na contramão do

que os ingleses estão querendo fazer ao desestruturarem o National Health Service, ao reduzirem empregos. Esse David Cameron é um engomadinho louco, ele vai levar um contravapor na Inglaterra, já que está destruindo todas as relações sociais que foram construídas na base do Estado do bem-estar social inglês. O mesmo com o Sarkozy. Em Portugal, então, é inacreditável, na Grécia idem. Mas o povão está indo para a rua. Aqui no Brasil o povão não vai para a rua, mas é preciso fazer essa política de emprego, do contrário não teremos continuidade nesse processo de crescimento do mercado interno.

ROSA. Quer dizer, você acha que tem que sair um pouco pelo filão dos serviços.

Não tenho dúvida, pois na indústria, se você quiser manter o nível de competitividade razoável, não dá para imaginar que ela vai criar emprego. Como não criou no pós-guerra e como muito menos vai criar agora, com esse padrão tecnológico mais eficiente.

ALEXANDRE. Nós criamos muito emprego industrial no governo Lula, dois milhões e quinhentos mil.

Nós criamos por quê? Exatamente porque se puxou uma massa de gente para o consumo. Na verdade recuperamos os empregos perdidos nos anos 1990, mas daqui para a frente criar emprego vai ser bem mais difícil.

ALEXANDRE. Tem se dito que o Brasil está em situação de pleno emprego – o IBGE dá 5,9% de taxa de desemprego –, que a inflação é uma inflação keynesiana de demanda, e que a metade da população é hoje de uma nova classe média. Quería que você falasse sobre isso.

Não, não tem essa imensa população de classe média, o que tem é que se trouxe das linhas de extrema pobreza um contingente que está participando do mercado de consumo, tendo o primeiro crédito etc. Com toda a simpatia que tenho pelas políticas sociais do governo Lula, pelo ex-presidente e pela presidente, que foi minha aluna, não posso fazer uma concessão dessas, porque não é verdade. Não tem classe média com um sujeito que ganha 3 mil reais no Brasil. O melhor que se faz é tomar um

pouco de distância. Quanto ao pleno emprego, defini-lo é complicado. Pode-se usar uma curva de Phillips. Temos algumas questões localizadas no mercado de trabalho. Hoje há escassez de mão de obra na construção civil, há escassez de engenheiros, por exemplo. Nos anos em que crescemos abaixo do que seria razoável, houve uma mudança na composição da oferta de trabalho. Todo mundo quer ser advogado, administrador, economista, ou seja, todas essas profissões que o Simmel relata na *Filosofia do dinheiro* e que são de intermediários. Aqui temos um bando de consultores, muitos brokers, e muito engenheiro que foi trabalhar no mercado financeiro. Como disse o ministro da Economia da China: “produziram muitos engenheiros financeiros e poucos engenheiros que fazem ponte”. O pré-sal vai ter um impacto grande na demanda de engenheiros. O Brasil precisa se preparar para isso. Ouvi uma vez o José Sergio Gabrielli, presidente da Petrobras, dizer que a empresa tem um enorme programa de formação de mão de obra, não de nível superior, mas de nível técnico, que é o que Brasil vai ter que produzir. Então temos gargalos na oferta de trabalho, e muito trabalho não qualificado, você tem razão. Além disso, a pressão da demanda está se exercendo sobretudo nos serviços, as manicures e barbeiros subiram muito os seus preços.

ROSA. Você é um economista que não começou pela economia, estudou direito e ciências sociais. A partir dessa visão mais humanista, e também da grande admiração que você tem pelo iluminismo, cuja herança volta e meia você cita em seus artigos, como vê a universidade brasileira hoje em dia?

Eu vou dizer com toda a franqueza, eu acho que a universidade brasileira tem hoje um problema de superespecialização, de acantonamento das disciplinas, sem comunicação entre elas. Fazendo uma volta atrás: a Unicamp, quando foi concebida, tinha um curso, o chamado curso básico, que o Fausto Castilho chamava, com a pronúncia alemã, de *studium generale*. Todos faziam esse curso de estudos gerais, os médicos, o pessoal de letras. Mas as profissões querem especializar logo, então o curso foi acabando e acabou. Dei muita aula no estudo geral, para

engenheiro, médico, economista. Outro dava sociologia, outro, filosofia da ciência. Veio então essa questão da especialização muito cedo. Pior ainda é a balcanização, porque um departamento não se relaciona com o outro, cada um cuida da sua vida. E depois, com o tempo, os currículos vão ficando propriedade de certos professores, os currículos e as pesquisas. Essa é a crítica do Miguel Nicolelis, que é um grande sujeito, e um grande palmeirense... Está muito correta. Esse quadro abafa a possibilidade de os mais jovens avançarem. E também torna as verbas de pesquisa propriedade de poucos, que são os mais velhos, os chefões. Isso está anquilosando a universidade brasileira. É um fenômeno que os americanos procuram contornar de outra maneira, porque eles são mais práticos e estimulam muito a pesquisa. No caso das ciências humanas, na economia, por exemplo, os critérios Capes de formação do mérito para obtenção de pontos estimula que o sujeito comece a escrever um artigo atrás do outro, e isso estimulou muito o plágio, porque o sujeito copia e nem sabe o que está copiando. O negócio do paper é uma desgraça, porque não dá para produzir 10 papers por ano, falta reflexão, com o perdão da má palavra. E se você escreve um livro não conta ponto.

ROSA. Isso quanto ao sistema de avaliação, mas quanto ao próprio currículo das faculdades de economia hoje em dia, se lhe fosse dado pensar uma faculdade de economia o que você poria lá dentro?

O que aconteceu com a economia é que até os anos 1980 tínhamos certa diversidade. Nos anos 1990, com o chamado pensamento dominante, como dizem os franceses, como diz nosso amigo Ignace Ramonet, do *Le monde diplomatique* – foi ele que criou essa expressão –, virou um exercício de resistência dar um curso de macroeconomia keynesiana. Não vou falar nem no Marx, porque este não passava nem na porta.

BERNARDO. Além do mais, há o imperialismo da economia para outras áreas.

Isso! É o imperialismo da economia, que está hoje completamente desmoralizado, e se não está é porque se

está perdendo tempo por conta do colapso de todas as teorias baseadas no homem racional, nos critérios de maximização da utilidade etc., que são fundamentos dos modelos estáticos e dinâmicos da teoria neoclássica, da teoria do equilíbrio geral. Tudo isso na minha opinião virou uma piada, a gente já sabia, mas era difícil discutir, porque o sujeito vinha com a teoria dos mercados eficientes, no caso dos mercados financeiros. Tivemos na Unicamp o episódio de um professor que foi a público fazer uma denúncia de que não estávamos acompanhando os padrões científicos dominantes, o que revela a pobreza intelectual. Eu fico me perguntando como é que a gente produziu sujeito desse tipo, mas produzimos muitos tipos assim. Vai ver que cometemos um erro, ou não cometemos nenhum... A pressão para você adotar padrões científicos em economia era enorme. Foi o que escrevi no prefácio do segundo tomo de *Conversas com economistas*. As outras ciências estavam caminhando na direção dos processos de reversibilidade, ou seja, a história do mundo natural estava em Prigogine, e nós estávamos na mecânica clássica... E é engraçado o seguinte: na física, dificilmente um newtoniano diria que o Einstein está errado, e nem o Einstein diria que Newton está errado. Diria: isso se aplica em determinados casos, em determinados espaços, mas agora estou falando de outra coisa. O Keynes é uma espécie de Einstein da economia, quando ele introduz o princípio da incerteza, da decisão em condições de incerteza. É um engano essa discussão sobre usar a matemática ou não, isso é um falso problema, tem que usar quando precisa. Há livros em que as equações são meramente ilustrativas, para facilitar a exposição. Em outros é até risível, porque quem os lê não sabe matemática e fica pontificando. No mundo inteiro o ensino da economia passou por esse trauma. Conheci um rapaz que estudou numa grande escola de pós-graduação brasileira, e não sabia o que era o padrão ouro, mas sabia todos os modelos estocásticos-dinâmicos, muito mais do que eu, embora sem a menor noção do que era a história do capitalismo do século XX, que era um curso que dávamos e continua a se dar na Unicamp. Como é que você pode compreender as ciências sociais se não sabe a origem?

A questão dos currículos está ligada a isso, mas é uma batalha difícil, porque a economia hoje virou uma batalha ideológica que, primeiro, envolve as relações de poder. A economia não é um saber qualquer, é um saber muito relacionado com o poder, com a constituição de certas convicções que são importantes para a reprodução do sistema. Se você começa a pensar ao contrário do sistema, torna-se uma pessoa perigosíssima. Isso ganhou ainda mais importância na medida em que vai ficando mais difícil justificar certos aspectos do capitalismo, principalmente o aumento da desigualdade nos últimos anos, no mundo inteiro.

Você falou de Reich. Ele também publicou *A consciência do homem liberal*, que discorre sobre a mesma coisa, porque isso é tão evidente e tão chocante, que todo mundo fala.

ROSA. Uma última pergunta: como você vê o Brasil na segunda década deste século XXI: o que vê pela frente?

A minha maior preocupação é termos um país rico com um povo intelectualmente pobre. Isso pode perfeitamente acontecer. Minha preocupação hoje é com o sistema educacional, a difusão cultural. É sobre como colocar, por exemplo, a universidade a serviço desse processo de enriquecimento cultural e educacional. O que eu vejo às vezes é que as faculdades de educação se afastam muito disso. Elas tinham obrigação de lidar com essas questões mais urgentes no Brasil. Eu vi aquele desabafo de uma professora, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, que é comovente. Fiquei impressionado com a menina. Ela falou num português corretíssimo. E aproveitou para dizer que é melhor defender a língua culta. Porque a língua é também um problema de compreensão. Estou relendo um livro que li há muitos anos, de Tran Duc Tao. Sabem quem é? É um filósofo vietnamita que escreveu sobre a formação da linguagem. É um livro maravilhoso, vai mostrando como é que o sujeito passa da fase sincrética – beber, sentar no sofá – para as outras, como se evolui. Ele faz uma análise antropológica da formação, da evolução da linguagem. E mostra como é importante a formação dos aparelhos culturais para

que essa linguagem evolua e acabe se transformando em um instrumento de compreensão. A primeira coisa do hominídeo é, quando lhe dão um pedaço de carne, conseguir descobrir, pelo toque, a parte mais saborosa. Mas ele é incapaz de apontar com o dedo, pois apontar já tem um significado. Depois, quando você passa do gesto puramente físico – apontar –, já é um sinal que se leva ao cérebro. E depois você começa a usar o instrumento. Para terminar furtivamente, quero dizer que me preocupo muito com esse problema da educação. O Brasil levou tempo para incorporar de fato os direitos sociais à sua política econômica. Incorporou na Constituição de 1988, que Ulysses Guimarães chamou de Constituição cidadã. Incorporou contra a opinião dos economistas mais convencionais e da chamada burguesia, mas incorporou, embora com décadas de atraso. Agora, essa questão da educação é um problema de política pública. E por que nós não fazemos? A Coreia é um país menor, mas os coreanos botaram todas as fichas ali. Não é só para formar mercado de trabalho, é para formar o cidadão, o cara que vai ter participação, que vai votar, que vai escolher o seu emprego, que vai ajudar a decidir quais são as políticas interessantes para o conjunto da população. E nós estamos demorando com essa história, estamos driblando na área. Fizemos uma política de incorporação, temos pouca criança fora da escola, mas em compensação a qualidade não existe. Eu não gosto de falar isso porque parece coisa de velho, e é mesmo: no tempo em que estudei, a escola pública era muito boa no Brasil, mas era para poucos. A massificação teve esse custo, mas é um custo que a gente precisa enfrentar. Não se vai enfrentar isso com a escola privada, com a faculdade privada, e falo isso em detrimento de meus interesses. Pode acreditar. Uma das coisas que os positivistas inventaram, e inventaram bem, é que a educação tem de ser pública e universal. Isso já está na *Crítica ao programa de Gotha*, de Karl Marx, que não era positivista: educação pública, universal e obrigatória, é o sistema francês: pega o menino e entrega para o Estado, tira da família, que é o âmbito do egoísmo, como dizia o Auguste Comte. §